

# **A SOCIEDADE SALARIAL EM CRISE: A NOVA QUESTÃO SOCIAL**

**Disciplina: Trabalho, Sociedade e Desigualdades**

**Professor: Francisco E. B. Vargas**

---

**Instituto de Filosofia, Sociologia e Política – IFISP/UFPel**

**- 2013/2 -**

# I. AS FORMAS DE INTEGRAÇÃO E SOLIDARIEDADE SOCIAL: UMA ABORDAGEM DURKEIMIANA

1. Nas sociedades tradicionais, a integração e coesão sociais estão baseadas em laços comunitários de proximidade e pertencimento, na identidade de crenças e sentimentos (solidariedade mecânica).
2. É através dessas formas de solidariedade que os indivíduos são socializados e enfrentam os riscos da existência social: a doença, a invalidez, a velhice.
3. Com o avanço do capitalismo e das relações de mercado, essas formas de solidariedade e pertencimento coletiva perdem sua força e importância, novas formas de solidariedade social são criadas para enfrentar as incertezas do mercado e a instabilidade da economia.
4. No século XIX, a miséria, a pobreza e a instabilidade das condições de vida da classe operária fizeram emergir a **questão social**, isto é, a questão da integração da classe trabalhadora na sociedade capitalista.

## II. A HISTÓRIA DA CONDIÇÃO SALARIAL

1. Segundo Castel, a relação salarial, a condição de assalariado era uma condição marcada pela inferioridade social, pela vergonha, pois representava a perda de todas referências sociais de pertencimento coletivo.
2. Os trabalhadores assalariados, vivendo na mais absoluta pobreza e insegurança econômica, gravitavam entre as políticas públicas de repressão à vagabundagem e as práticas assistencialistas religiosas ou privadas.
3. É no final do século XIX que um conjunto de reformas sociais e de políticas públicas vai procurar identificar a classe operária e promover um conjunto de iniciativas no sentido de estabilizar suas condições de vida, através da concessão de direitos sociais e trabalhistas.



# III. A CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE SALARIAL

1. O “trabalho” passa a ser a base dessas reformas. O trabalho deixa de ser uma simples prestação de serviços mediante uma retribuição monetária, uma relação meramente privada e mercantil. Ele passa a ser a base de direitos, um princípio de pertencimento social, assegurando um ESTATUTO aos trabalhadores, uma identidade e um lugar na vida social.
2. O “trabalho” passa a ser a base de uma nova forma de solidariedade social, assegurando aos trabalhadores as proteções necessárias para enfrentar os riscos da existência social. O estado de bem estar social passa a ser o sustentáculo dessas proteções => DESMERCANTILIZAÇÃO DO TRABALHO.
3. A estabilização da condição salarial dos operários torna-se a condição para a própria expansão do capitalismo, para a estabilidade das empresas que precisavam de uma força de trabalho apta e disciplinada.
4. A expansão capitalista ao longo do século XX e a estruturação do Estado de bem estar social consolidam e generalizam a condição salarial para o conjunto dos trabalhadores, operários ou não => SOCIEDADE SALARIAL.

# IV . A CRISE DA SOCIEDADE SALARIAL

1. A crise do capitalismo moderno e o processo de reestruturação produtiva alicerçado na **flexibilização do trabalho e das relações de trabalho** com o intuito de elevar a competitividade das empresas num contexto de globalização econômica produzem um impacto profundo sobre o trabalho e os arranjos sociais e institucionais consolidados no período anterior de expansão capitalista e de sedimentação do Estado de bem estar social.
2. As relações de trabalho passam a ser objeto de um conjunto de reformas no sentido de diminuir os custos do trabalho e de elevar a flexibilidade contratual, para que as empresas pudessem enfrentar as pressões competitivas e as oscilações do mercado.
3. Os resultados desse processo é a **fragilização da condição salarial** através da proliferação formas precárias de contratação, as denominadas formas atípicas de emprego (contrato de trabalho por tempo determinado, trabalho em tempo parcial, trabalho temporário subcontratado, contratos de trabalho subsidiados) em detrimento do contrato de trabalho por tempo indeterminado.

# V. A EMERGÊNCIA DA NOVA QUESTÃO SOCIAL

1. Segundo Castel, a **nova questão social** é o resultado da fragilização da relação salarial e de desestabilização dos trabalhadores estáveis, aumentando a insegurança no mundo do trabalho = **REMERCANTILIZAÇÃO DO TRABALHO**.
2. Essa fragilização da relação salarial reduz as **zonas de integração** da sociedade salarial, ampliando as **zonas de instabilidade** e as **zonas de exclusão social**.
3. Constitui-se um processo de invalidação social de vastos setores da classe trabalhadora até então integradas ao mundo do trabalho=> **DESFILIAÇÃO**.
4. O trabalho perde sua capacidade de **INTEGRAÇÃO SOCIAL**, ampliando-se as práticas de assistência social focalizadas nos grupos mais vulneráveis. A ação do estado não se baseia mais em **DIREITOS** assegurados (proteções públicas, seguros, indenizações, licenças), mas numa espécie de benevolato público (políticas de inserção social).